



B1

ISSN: 2595-1661

ARTIGO

Listas de conteúdos disponíveis em [Portal de Periódicos CAPES](#)

Revista JRG de Estudos Acadêmicos

Página da revista:

<https://revistajrg.com/index.php/jrg>



Saúde da população transgênero no Brasil: uma revisão integrativa

Health of the transgender population in Brazil: an integrative review

DOI: 10.55892/jrg.v8i18.2210

ARK: 57118/JRG.v8i18.2210

Recebido: 07/06/2025 | Aceito: 28/07/2025 | Publicado on-line: 08/08/2025

Rafaela Tavares de Andrade¹

<https://orcid.org/0009-0006-7703-629X>

<https://lattes.cnpq.br/0717014592717577>

Afya - Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes, PE, Brasil

E-mail: rafaela.ta@hotmail.com

Caio Nery Santos Padilha²

<https://orcid.org/0009-0001-0905-9741>

<http://lattes.cnpq.br/9087054568752408>

Afya - Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes, PE, Brasil

E-mail: caioneryp@gmail.com

Antônio Sérgio Alves de Almeida Junior³

<https://orcid.org/0000-0003-1105-6467>

<http://lattes.cnpq.br/4622761446039385>

Afya - Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes, PE, Brasil

E-mail: antonio.alves@afya.com.br



Resumo

A população transgênero no Brasil enfrenta múltiplas barreiras no acesso à saúde, marcadas por desigualdades históricas e sociais. A escassez de dados, a formação insuficiente dos profissionais e a ausência de práticas adequadas de cuidado contribuem para desfechos negativos que afetam de forma desproporcional essa população. Este estudo teve como objetivo reunir e analisar os dados disponíveis sobre as condições de saúde da população transgênero no Brasil, por meio de uma revisão integrativa da literatura. A busca foi realizada nas bases SciELO e PubMed, no período de 2019 a 2025, com a utilização dos descritores “Pessoas Transgênero”, “Análise de Dados” e “Saúde”, em português, inglês e espanhol. Dez artigos atenderam aos critérios de inclusão e compuseram o corpus da análise. Os principais resultados indicam altos índices de sofrimento psíquico, transtornos mentais, tentativas de suicídio e automutilação. Destaca-se ainda o uso frequente de hormônios sem prescrição médica, além da elevada prevalência de infecções sexualmente transmissíveis e da baixa cobertura vacinal. Esses dados revelam a urgência de ações que promovam um cuidado mais inclusivo, com políticas públicas efetivas, formação continuada dos profissionais e ampliação do acesso aos serviços.

¹ Graduanda em Medicina pela Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes, PE.

² Graduanda em Medicina pela Afya – Faculdade de Ciências Médicas de Jaboatão dos Guararapes, PE.

³ Graduado em Licenciatura em Ciências Biológicas/UFPE, Mestre em Inovação Terapêutica/UFPE e Doutor em Ciências Farmacêuticas/UFPE, PE

Conclui-se que a promoção da saúde da população transgênero exige compromisso intersetorial e sensibilidade às suas especificidades.

Palavras-chave: *Pessoas Transgênero. Análise de Dados. Saúde.*

Abstract

The transgender population in Brazil faces multiple barriers to accessing health care, marked by historical and social inequalities. The scarcity of data, insufficient training of professionals, and the absence of adequate care practices contribute to negative outcomes that disproportionately affect this population. This study aimed to gather and analyze available data on the health conditions of the transgender population in Brazil, through an integrative literature review. The search was conducted in the SciELO and PubMed databases, from 2019 to 2025, using the descriptors “Transgender People”, “Data Analysis”, and “Health”, in Portuguese, English, and Spanish. Ten articles met the inclusion criteria and comprised the corpus of the analysis. The main results indicate high rates of psychological distress, mental disorders, suicide attempts, and self-harm. Also noteworthy is the frequent use of hormones without a medical prescription, in addition to the high prevalence of sexually transmitted infections and low vaccination coverage. These data reveal the urgency of actions that promote more inclusive care, with effective public policies, ongoing training of professionals and increased access to services. It is concluded that promoting the health of the transgender population requires intersectoral commitment and sensitivity to their specificities.

Keywords: *Transgender People. Data Analysis. Health.*

1. Introdução

O gênero corresponde a uma construção social e, por isso, apresenta variações de acordo com o tempo e com a cultura, embora haja uma interação entre o gênero e o sexo biológico, mas não necessariamente existe uma correspondência. Dessa forma, por se caracterizar como um determinante social, junto a outras características como etnia e status socioeconômico, por exemplo, também implica em produção de desigualdade, inclusive no acesso à saúde (WHO, 2019).

No Brasil, estima-se que 1,9% da população adulta se identifica como transgênero ou não binária, representando cerca de 1 milhão de pessoas transgênero e 1,88 milhão que se enquadram na categoria não binária. Esses dados evidenciam a diversidade de gênero no país e reforçam a necessidade de políticas públicas inclusivas, especialmente no campo da saúde. Estudos comparativos apontam que a proporção de pessoas trans no Brasil é semelhante à observada em países desenvolvidos, destacando a importância de estratégias para promover equidade (Spizzirri et al., 2021).

O Sistema Único de Saúde (SUS) contempla políticas como a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSILGBT), que busca melhorar o atendimento a população LGBTQIAPN+, esclarecendo os balizadores sociais a serem enfrentadas para garantir equidade no acesso à saúde. Além disso, a portaria nº 1707 de 2008 regulamenta e financia procedimentos médico-cirúrgicos e outras necessidades no processo de transição de gênero. No entanto, a implementação dessas políticas ainda é limitada e frequentemente insuficiente para atender às demandas dessa população (Brasil, 2013).

A discriminação institucional ainda é frequente: 82% das pessoas trans já sofreram algum tipo de discriminação em unidades de saúde, e 40% relataram não conseguir atendimento (ANTRA, 2020; Brasil, 2023). Isso perpetua a marginalização e afasta esse grupo dos serviços essenciais (Pinheiro et al., 2024). Essa conjuntura contribui para um cenário alarmante, marcado por altos índices de sofrimento psíquico, transtornos mentais, tentativas de suicídio e uso de hormônios sem acompanhamento médico; resultando em desfechos desproporcionalmente desfavoráveis às pessoas transgênero (Medeiros; Gomes; Spinelli Junior, 2024).

Além disso, observa-se elevada prevalência de infecções sexualmente transmissíveis, como HIV, sífilis e HPV, e cobertura vacinal insuficiente entre essa população (UNAIDS, 2022; Veras et al., 2024).

A discriminação e o estigma que pessoas trans enfrentam na assistência médica não apenas perpetuam a marginalização, mas também afastam esses indivíduos do atendimento, levando a consequências para sua saúde mental e física (Miskolci et al., 2022).

Frente a essa realidade, torna-se urgente ampliar o conhecimento científico sobre as condições de saúde da população trans no Brasil, de modo a subsidiar a construção de políticas públicas mais efetivas, acolhedoras e baseadas em evidências. Neste contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar os dados disponíveis sobre a saúde da população transgênero no país, contribuindo para o fortalecimento de estratégias de cuidado e para a redução das iniquidades que afetam esse grupo.

2. Metodologia

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, cujo objetivo foi reunir e analisar criticamente estudos publicados sobre as condições de saúde da população transgênero no Brasil. A busca foi realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e *US National Library of Medicine* (PubMed), utilizando os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): Pessoas Transgênero, Análise de Dados e Saúde. Os termos foram combinados por meio dos operadores booleanos *AND* e *OR*, a fim de refinar os resultados e garantir maior precisão na seleção.

A questão norteadora definida foi: "Quais são os dados disponíveis sobre as condições de saúde da população transgênero no Brasil?". Essa questão foi elaborada com base na estratégia PICO, conforme demonstrado no Quadro 1.

Quadro 1: Estratégia PICO utilizada para este estudo

Elemento	Descrição
P - População	População transgênero no Brasil.
I - Intervenção	Dados de saúde disponíveis
C - Comparador	Não foi aplicado.
O - Outcome/desfecho	Condições de saúde da população transgênero.

Foram incluídos artigos publicados entre 2019 e 2025, disponíveis em português, inglês e espanhol, com texto completo acessível online, que abordassem de forma direta temas relacionados à saúde da população trans. Foram excluídos estudos que não atendiam aos critérios de recência ou escopo temático, bem como artigos duplicados, incompletos, editoriais, cartas, ensaios teóricos, resenhas e resumos expandidos.

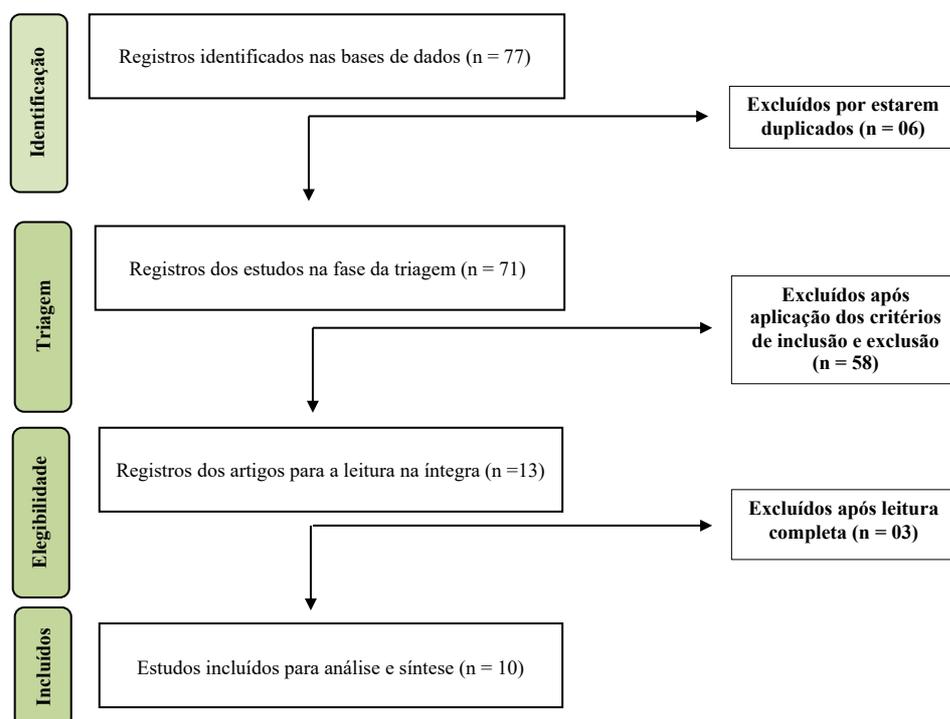
A seleção foi conduzida por dois revisores independentes, que realizaram a triagem dos títulos, resumos e textos completos. A análise metodológica dos estudos selecionados considerou: tipo de estudo, adequação da amostra, critérios de inclusão, estratégias de coleta de dados e qualidade das evidências apresentadas.

A qualidade metodológica dos estudos foi avaliada com base em adaptações da ferramenta STROBE. A síntese foi realizada em um quadro contendo: título do estudo, autor e ano de publicação, tipo de estudo, tamanho da amostra (N) e principais resultados. Essa sistematização visou identificar padrões, lacunas e contribuições relevantes para a compreensão da temática em questão.

3. Resultados

De acordo com os critérios previamente estabelecidos, 77 registros foram inicialmente identificados por meio das estratégias de busca adotadas. Após a remoção de seis duplicatas, 71 estudos seguiram para a fase de triagem. Nessa etapa, 58 estudos foram excluídos com base nos critérios de inclusão e exclusão definidos, resultando em 13 artigos selecionados para a leitura na íntegra. Após a avaliação completa dos textos, três estudos foram excluídos por não atenderem plenamente aos critérios estabelecidos, culminando na inclusão final de 10 artigos que compõem esta revisão integrativa. A seleção dos estudos seguiu o fluxograma descrito na Figura 1.

Figura 1 – Fluxograma da seleção de estudos



Fonte: Elaboração própria (2025)

O Quadro 2 apresenta a síntese descritiva dos estudos, evidenciando a recorrência de problemas de acesso, uso inadequado de hormônios, transtornos psíquicos e alta incidência de ISTs.

Quadro 2 - Resumo dos principais estudos incluídos na revisão sobre a saúde da população transgênero no Brasil.

Título do estudo	Autor/Ano	Tipo de estudo	N	Principais Resultados
Utilização de hormônios por pessoas trans, travestis e não-binárias em Porto Alegre	Araújo et al. (2024)	Transversal, multicêntrico	65	72% relataram uso de hormônios; grande parte sem acompanhamento contínuo; 43% relataram experiências de transfobia nos serviços.
Dificuldades e avanços no acesso e no uso de serviços de saúde por mulheres trans e travestis no Brasil	Pinheiro et al. (2024)	Transversal, multicêntrico	1.317	HIV em 34,4%; vulnerabilidade social intensa; associação com desemprego, idade >31 anos e trabalho sexual.
Prevalência da infecção pelo HPV e de alterações citológicas anais e cervicais em pessoas transgênero em um serviço de referência em Vitória no Espírito Santo entre 2018 e 2021	Costa et al. (2024)	Descritivo	110	HPV em 58,3%; alterações citológicas anais em 23,5% das mulheres; clamídia (4,1%) e tricomoníase (12,5%).
Corpos do desejo: uso de hormônios sem prescrição médica entre mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras	Bassichetto et al. (2024)	Transversal, com abordagem mista	1.317	85,9% usaram hormônios; 72,6% sem prescrição; prática comunitária foi comum entre as mais velhas.
Prevalência de hepatites A, B e C entre mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras entre 2019-2021	Moreira et al. (2024)	Transversal	1.317	Hepatite A (69,1%), B (24,4%) e C (1,5%); baixa cobertura vacinal (40%).
Indicadores epidemiológicos de saúde da população de Transgênero no Distrito Federal	Penha & Reis (2022)	Transversal, observacional	475	40,7% com transtornos psiquiátricos; 47,5% iniciaram hormonização antes do 1º atendimento; 3,4% com HIV.
Características clínicas e sociais de pacientes transgêneros acompanhados em serviços privados de Salvador	Neves (2021)	Transversal, descritivo	5	60% usaram hormônios antes do atendimento; 20% realizaram cirurgia de afirmação; melhora na qualidade de vida.

Associação entre discriminação de gênero e consultas médicas e testagem para HIV em uma grande amostra de mulheres transgênero no nordeste do Brasil	Leite et al. (2021)	Transversal	864	87,3% sofreram discriminação em saúde; 45,8% fizeram teste de HIV; baixa vinculação com atenção primária.
Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico	Corrêa et al. (2020)	Transversal, análise documental	221	73,7% relataram ideação suicida; 29,9% tentaram suicídio; 84% com sofrimento ligado à imagem corporal.
Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro	Krüger et al. (2019)	Transversal	201	84% adquiriram hormônios sem prescrição; início médio aos 18,7 anos; maioria recebeu orientação de pares.

Fonte: Elaboração própria com base nos artigos incluídos na revisão (2025).

4. Discussão

Diversos estudos apontam a dificuldade no acesso aos serviços de saúde por pessoas trans, agravada por episódios de discriminação e transfobia institucional. Em Porto Alegre, Araújo, Kopittke e Vicari (2024), verificaram que a maioria das pessoas trans buscava atendimento no SUS, especialmente nos ambulatórios de identidade de gênero, mas de forma eventual e limitada. Quase metade relatou episódios de transfobia durante esses atendimentos. De forma semelhante, Leite et al. (2021), constataram que 87,3% das participantes relataram discriminação de gênero no contexto da saúde, fator que impactou diretamente a procura por serviços médicos e testagens de HIV, com menos da metade tendo realizado esse exame no último ano.

Segundo Heringer et al. (2019), a população trans ainda enfrenta altos níveis de preconceito e marginalização, o que contribui significativamente para os índices alarmantes de violência motivada por transfobia e crimes de ódio. Essa realidade fere os princípios fundamentais dos direitos humanos e demonstra a carência de políticas públicas eficazes e de preparo institucional para lidar com as demandas e especificidades dessa parcela da população brasileira.

No entanto, Silva e Schons (2019), observam que existe uma carência de estudos que apontem protocolos claros e padronizados a serem seguidos nas consultas, para evitar situações de desconforto e constrangimento para pacientes trans. Nesse contexto, destaca-se a necessidade urgente de capacitar profissionais do SUS para o atendimento dessa população, assim como a criação e implementação de um guia prático específico que oriente as ações e práticas voltadas à saúde de pessoas transgênero.

A saúde mental da população transgênero se revela gravemente comprometida, com alta prevalência de sofrimento psicológico. O estudo de Corrêa et al. (2020), demonstrou que 73,7% das pessoas trans atendidas em um ambulatório no Distrito Federal já haviam tido pensamentos suicidas, 29,9% tentaram o suicídio e 26,8% praticaram automutilação. Além disso, 84% apresentavam sofrimento relacionado à própria imagem corporal. Penha e Reis (2022), também destacaram que 40,7% dos participantes apresentavam distúrbios psiquiátricos, sendo o sofrimento psíquico uma das principais demandas de saúde.

De acordo com Chan et al. (2022), isso reflete um cenário marcado por múltiplas formas de violência, sendo elas física, psicológica e simbólica, que afetam especialmente travestis e mulheres trans, muitas das quais enfrentam riscos significativos de cometer suicídio ao longo da vida, em consequência da exclusão social e da falta de apoio institucional. Além disso, adolescentes trans apresentam maiores índices de ansiedade, depressão e pensamentos suicidas em comparação com os cisgênero, sendo essas manifestações frequentemente associadas aos maus-tratos e à rejeição social sofridos. Compreender as vivências e vulnerabilidades desses jovens é fundamental para combater as desigualdades e garantir políticas públicas mais inclusivas e acolhedoras.

Almeida et al. (2022), destacam que em relação à saúde mental da população trans, diversos fatores estão relacionados ao agravamento desse quadro, incluindo experiências recorrentes de violência física e sexual, condições de vida marcadas por baixa qualidade e a escassez de redes de apoio, tanto no âmbito familiar quanto social. Esses elementos, quando combinados, contribuem significativamente para o sofrimento psíquico e para o desenvolvimento de transtornos mentais nessa população. Silva et al. (2024), complementa que a população transgênero apresentavam níveis de moderados a graves de sintomas depressivos, na qual é

influenciada pela violência da rua e dos serviços de saúde, rejeição e negação de afeto, acesso escasso ao mercado de trabalho e falta de apoio no meio social.

O uso de hormônios é uma das principais práticas de afirmação de gênero observadas entre pessoas trans, porém, muitas vezes ocorre sem acompanhamento médico adequado. Bassichetto et al. (2024), relataram que 85,9% das mulheres trans e travestis entrevistadas já haviam utilizado hormônios, com 72,6% fazendo uso sem prescrição médica, evidenciando uma prática comunitária que ainda persiste diante da falta de acesso institucionalizado. Krüger et al. (2019), reforçam esse cenário, apontando que 84% das participantes adquiriram os hormônios diretamente em farmácias, e muitos receberam orientações de seus parceiros, e não de profissionais de saúde.

Diversos fatores contribuem para o uso de hormônios sem prescrição médica por parte da população trans, segundo Oliveira et al. (2019), destacam a realização da cirurgia de redesignação sexual, episódios de agressão verbal motivados pela identidade e expressão de gênero, além de experiências negativas vivenciadas com profissionais de saúde. Outros aspectos relevantes incluem as limitações financeiras, a dificuldade de encontrar serviços públicos voltados especificamente à transição de gênero, a necessidade de arcar com procedimentos com recursos próprios, bem como a escassez de insumos no sistema público e a falta de preparo técnico dos profissionais de saúde em relação à prescrição adequada desses medicamentos para essa população.

O elevado uso de hormônios sem prescrição entre pessoas trans evidencia as barreiras enfrentadas no acesso aos serviços de saúde, o anseio por uma transição mais ágil e a carência de profissionais devidamente capacitados para conduzir esse processo com segurança. Embora a literatura disponível sobre o tema ainda seja restrita, esses achados convergem com os resultados apresentados na revisão sistemática conduzida por Kennedy et al. (2022).

Fraser e Knudson (2019), afirmam que o guia feito para atendimento de pessoas trans por profissionais de saúde, no qual foi publicado pela Standards of Care (SOC), representou um marco importante ao oferecer diretrizes, especialmente no que diz respeito à hormonioterapia e ao processo de afirmação de gênero, tornando-se um instrumento essencial na promoção de cuidados mais humanizados e eficazes.

Segundo Safer e Tangpricha (2019), a terapia hormonal é um dos pilares no cuidado à saúde de pessoas transgênero e deve considerar fatores como a persistência da disforia de gênero, a autonomia do indivíduo e a avaliação da saúde mental relacionada à vivência desse quadro, de modo a assegurar um tratamento ético e centrado no paciente. Apesar dos avanços, o acesso a um sistema de saúde verdadeiramente adaptado às necessidades dessa população ainda é limitado. Nos últimos anos, houve a criação de novos serviços especializados, que têm como objetivo ampliar o acesso à hormonioterapia e proporcionar melhores condições de qualidade de vida para pessoas trans, promovendo cuidados mais adequados e humanizados.

Benevides (2020), ainda afirma que o tratamento hormonal voltado para essa população requer uma abordagem multidisciplinar, na qual os profissionais de saúde desempenham papel essencial ao promover não apenas alterações físicas, mas também suporte psicológico e incentivo à autoaceitação corporal. O acompanhamento endocrinológico é fundamental nesse processo, permitindo o monitoramento contínuo das mudanças corporais e o controle de possíveis efeitos adversos. Entretanto, observa-se uma lacuna significativa na formação de profissionais da atenção primária, os quais, segundo o Programa de Estudos em Sexualidade (ProSex), ainda não estão

devidamente preparados para oferecer um atendimento adequado e humanizado às pessoas transgênero.

Embora menos abordado diretamente, o envelhecimento da população trans aparece como um desafio emergente. No estudo de Bassichetto et al. (2024), participantes com mais de 37 anos relataram que, no passado, o acesso à hormonização era ainda mais restrito, sendo comum o uso comunitário e improvisado desses medicamentos. Isso aponta para o impacto cumulativo da negligência histórica, o que pode levar a complicações em idade mais avançada, como osteoporose, doenças cardiovasculares ou desequilíbrios hormonais crônicos, além de maior isolamento social.

A realização de cirurgias de afirmação de gênero ainda é limitada no Brasil e restrita a poucos centros de referência (Sales et al., 2025). Penha e Reis (2022), identificaram que 40,7% dos entrevistados realizaram algum procedimento, como mamoplastia ou histerectomia, mas a maior parte das pessoas ainda estava em fase de espera ou preparação. Já no estudo de Neves (2021), dos cinco participantes, apenas um havia feito mamoplastia masculinizante, relatando melhora na satisfação corporal e na qualidade de vida. Isso revela que, embora desejadas por parte da população trans, tais cirurgias são inacessíveis para muitos, devido a barreiras burocráticas, escassez de profissionais habilitados e filas de espera prolongadas.

Sales et al. (2025), destacam que apesar dos avanços pontuais, como a oferta de medicamentos e suporte terapêutico em Unidades Básicas de Saúde, persistem dificuldades no que se refere à disponibilidade e agilidade na realização das cirurgias em centros especializados. Tal cenário evidencia desigualdades regionais, especialmente entre o Norte e o Nordeste, revelando que a efetivação da atenção à saúde da população trans pelo SUS ainda é desigual e carece de investimentos em infraestrutura e qualificação de profissionais.

Diante desse cenário, Benevides (2020), observam que os procedimentos mais procurados pela população trans incluem a hormonização, a colocação de próteses mamárias e a cirurgia genital, especialmente entre mulheres trans e travestis. Já entre os homens trans, destaca-se a demanda por mastectomia e histerectomia, evidenciando a necessidade de acesso a cuidados que atendam às especificidades de cada identidade de gênero.

A prevalência de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) também é uma preocupação significativa. Costa et al. (2024), identificaram uma taxa de 58,3% de infecção por HPV entre pessoas trans acompanhadas em um ambulatório no Espírito Santo, com presença de alterações citológicas anais e cervicais. Também foram encontradas taxas de tricomoníase (12,5%) e clamídia (4,1%), sem casos de gonorreia. No Distrito Federal, Penha e Reis (2022), observaram prevalência de HIV (3,4%) e hepatite B (1,7%).

Por essa conjuntura, Pinheiro et al. (2024), afirmam que os indivíduos transgêneros são expostos a uma realidade de maior vulnerabilidade social e de saúde e, apesar da escassez de dados, as pesquisas existentes apontam para alta prevalência de transtornos psiquiátricos e elevadas taxas de ISTs, como HIV. Alegam também que entre os anos de 2019 e 2021, em cinco capitais brasileiras, São Paulo, Campo Grande, Porto Alegre, Salvador e Manaus, revelou uma taxa geral de infecção por HIV de 34,4% entre os indivíduos entrevistados.

No contexto brasileiro, segundo Magno et al. (2023), observa-se uma prevalência alarmante de HIV entre mulheres trans e travestis, sendo considerado improvável que essa situação seja controlada ou significativamente reduzida, a menos que esse grupo tenha acesso contínuo e eficaz a estratégias preventivas, como a

profilaxia pré-exposição ao HIV (PrEP), que tem demonstrado impacto positivo entre aquelas que conseguem se beneficiar dessas políticas de saúde pública

Outras ISTs também acometem de forma significativa mulheres trans e travestis, com destaque para a *Chlamydia trachomatis*, cuja prevalência é de 11,5%, e a *Neisseria gonorrhoeae*, com 13,3%, sendo registrada ainda uma taxa de coinfeção de 3,6%. Esses dados reforçam a maior vulnerabilidade dessa população em relação às ISTs, já que os índices apresentados são superiores aos observados na população geral (Bassichetto et al., 2024).

Ainda no estudo de Pinheiro et al. (2024), testagem para infecção por vírus da hepatite foi positiva em 69,1% para hepatite A, 24,4% para hepatite B e 1,5% para hepatite C, sendo este último semelhante ao número da população geral. Moreira et al. (2024), destacam que além de prevalência nesta população, de hepatite A e B, também possuem a menor taxa de cobertura vacinal.

5. Conclusão

A presente revisão integrativa evidenciou que a população transgênero no Brasil enfrenta importantes barreiras no acesso aos serviços de saúde. Dentre os principais desafios, destacam-se a discriminação institucional, a falta de preparo dos profissionais e a escassez de serviços especializados, o que compromete a integralidade do cuidado. O uso inadequado de hormônios, a alta prevalência de transtornos mentais e de ISTs reforçam o cenário de vulnerabilidade.

Os dados analisados demonstram a necessidade urgente de fortalecer políticas públicas específicas, investir na formação continuada dos profissionais da saúde e garantir protocolos de atendimento que respeitem as identidades de gênero. É essencial ampliar o acesso à hormonização segura, ao acompanhamento psicológico e aos serviços de prevenção e tratamento de ISTs, com ações voltadas à promoção da equidade.

Futuras pesquisas devem aprofundar a análise sobre a efetividade das políticas existentes, considerar as especificidades do envelhecimento trans e incluir de forma mais ampla as vivências de pessoas não-binárias, que ainda possuem baixa representatividade nos estudos científicos.

Referências

ALMEIDA, M. M. et al. Factors associated with symptoms of major depression disorder among transgender women in Northeast Brazil. *PLoS One*, v. 17, n. 9, p. e0267795, 2022.

ANTRA. Associação Nacional de Travestis e Transexuais. Como acessar o SUS para questões de transição? 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.org/2020/07/27/como-acessar-o-sus-para-questoes-de-transicao/>. Acesso em: 10 maio 2025.

ARAUJO, L. C. O.; KOPITKE, L.; VICARI, V. Utilização de hormônios pela população trans, travesti e não-binária de Porto Alegre em 2021: um estudo transversal. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 33, p. e2024335, 2024.

BASSICHETTO, K. C. et al. Corpos do desejo: uso de hormônios sem prescrição médica entre mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras (2019–2021). *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, supl. 1, p. e240010, 2024.

BENEVIDES, B. Como acessar o SUS para questões de transição. Associação Nacional de Travestis e Transexuais, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf. Acesso em: 10 maio 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Mulheres trans e travestis contam com atendimento especializado no SUS. Brasília, 31 mar. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/mulheres-trans-e-travestis-contam-com-atendimento-especializado-no-sus>. Acesso em: 15 maio 2025.

CHAN, A. S. W. et al. Diversidade e inclusão: impactos no bem-estar psicológico entre comunidades lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e queer. *Frontiers in Psychology*, v. 13, p. 726343, 2022.

CORRÊA, F. H. M. et al. Pensamento suicida entre a população transgênero: um estudo epidemiológico. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 69, p. 13-22, 2020.

COSTA, F. L. S. et al. Prevalência da infecção pelo HPV e de alterações citológicas anais e cervicais em pessoas transgênero em um serviço de referência em Vitória no Espírito Santo entre 2018 e 2021. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 33, p. e2024279, 2024.

FRASER, L.; KNUDSON, G. Necessidades educacionais de profissionais de saúde que atendem à população transgênero. *Endocrinology and Metabolism Clinics*, v. 48, n. 2, p. 465-477, 2019.

HERINGER, A. M. T. et al. Protagonismo transgênero em jogos comerciais. *Proceedings of SBGames*, v. 18, p. 253-259, 2019.

KENNEDY, C. E. et al. Self-administration of gender-affirming hormones: a systematic review of effectiveness, cost, and values and preferences of end-users and health workers. *Sexual and Reproductive Health Matters*, v. 29, n. 3, p. 2045066, 2022.

KRÜGER, A. et al. Características do uso de hormônios por travestis e mulheres transexuais do Distrito Federal brasileiro. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 22, p. e190004, 2019.

LEITE, B. O. et al. Associação entre discriminação de gênero e consultas médicas e testagem para HIV em uma grande amostra de mulheres transgênero no nordeste do Brasil. *International Journal for Equity in Health*, v. 20, p. 1-11, 2021.

MAGNO, L. et al. Factors associated to HIV prevalence among adolescent men who have sex with men in Salvador, Bahia State, Brazil: baseline data from the PrEP1519 cohort. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 39, p. e00154021, 2023.

- MEDEIROS, M. A.; GOMES, S. M.; SPINELLI JUNIOR, V. F. Fatores de estresse e resiliência no acesso e utilização de serviços de saúde por travestis e mulheres transexuais no nordeste brasileiro. *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 1, p. e220904pt, 2024.
- MISKOLCI, R. et al. Desafios da saúde da população LGBTI+ no Brasil: uma análise do cenário por triangulação de métodos. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 10, p. 3815–3824, 2022.
- MOREIRA, R. C. et al. Prevalência de hepatites A, B e C entre mulheres trans e travestis em cinco capitais brasileiras entre 2019-2021. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, supl. 1, p. e240005, 2024.
- NEVES, T. R. Características clínicas e sociais de pacientes transgêneros acompanhados em serviços privados de Salvador. 2021. 51f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) – Escola Bahiana de Medicina e Saúde Pública, Salvador, 2021.
- OLIVEIRA, R. A. D. et al. Barreiras de acesso aos serviços em cinco Regiões de Saúde do Brasil: percepção de gestores e profissionais do Sistema Único de Saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 35, n. 11, p. e00120718, 2019.
- PENHA, I. S.; REIS, J. V. Indicadores epidemiológicos de saúde da população de transgênero no Distrito Federal. *Programa de Iniciação Científica – PIC/UniCEUB: Relatórios de Pesquisa*, Brasília, 2022.
- PINHEIRO, T. F. et al. Difficulties and advances in access to and use of health services by transgender women and travestis in Brazil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, supl. 1, p. e240007.supl.1, 2024.
- SAFER, J. D.; TANGPRICHA, V. Care of transgender persons. *New England Journal of Medicine*, v. 381, n. 25, p. 2451-2460, 2019.
- SALES, C. R. et al. Transição de gênero assistida pelo Sistema Único de Saúde (SUS) no Brasil e atendimento em Unidades Básicas de Saúde: uma revisão integrativa. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, v. 7, n. 1, p. 410-425, 2025.
- SILVA, B. P.; SCHONS, A. A. N. Desenvolvimento de um guia rápido para prática de atenção à saúde da população transgênero. *Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade*, v. 14, n. 41, p. 2027-2027, 2019.
- SILVA, G. W. S. et al. Depressive symptoms and associated factors among travestis and transsexuals: a cross-sectional study. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 77, supl. 3, p. e20230071, 2024.
- SPIZZIRRI, G. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. *Scientific Reports*, v. 11, n. 1, 2021.
- VERAS, M. A. D. S. M. et al. Sexually transmitted infections and other health issues among transgender women and travestis in Brazil: epidemiological profile,

vulnerabilities, access to services and care. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 27, supl. 1, p. e240001.supl.1, 2024.

UNAIDS. In danger: UNAIDS global AIDS update 2022. 2022. Disponível em: <https://www.unaids.org/en/resources/documents/2022/in-danger>. Acesso em: 10 maio 2025.

WHO. WORLD HEALTH ORGANIZATION. Gender and health. 2020. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/gender#tab=tab_1. Acesso em: 10 maio 2025.